

## **Escola justa: alguns apontamentos para uma reflexão teorica**

### **Fair school: some notes for a theoretical reflection**

DOI:10.34117/bjdv8n7-225

Recebimento dos originais: 23/05/2022

Aceitação para publicação: 30/06/2022

#### **Alzira Almeida de Araujo**

Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Travessa Enéas Pinheiro, 2626, Marco, CEP: 66095-015, Belém - PA

E-mail: alziraaraujoalmeida@hotmail.com

#### **Jairle da Costa Oliveira**

Graduanda em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Instituição: Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)

Endereço: Rua Adilson Machado, 1100, Centro, Cametá - PA, CEP: 68400-000

E-mail: jairleoliveira@yahoo.com.br

#### **Batista Moraes dos Santos**

Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do

Pará - Instituto de Educação Matemática e Ciências

Instituição: Marta da Conceição (SEDUC)

Endereço: Passagem do Mamão, 860, CEP: 66846-320, Ilha de Cotijuba, Belém - Pará

E-mail: edubatista987@gmail.com

#### **Cilene Vale dos Santos**

Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Tv. Djalma Dutra, S/N, Belém - PA, Campus I, Centro de Ciências Sociais

Educação (CCS- UEPA)

E-mail: cilene\_valiosa09@hotmail.com

#### **Jaqueline Maria Soares da Silva**

Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Travessa Enéas Pinheiro, 2626, Marco, CEP: 66095-015, Belém - PA

E-mail: jaquelineifpa@gmail.com

#### **Miguel Moraes dos Santos**

Mestre em Educação e Saberes Culturais pela Universidade Estácio de Sá

Instituição: Unidade Pedagógica da Faveira (FUNBOSQUE)

Endereço: Passagem Santa Onila, 73, CEP: 66846510, Ilha de Cotijuba, Belém - PA

E-mail: miguel.msantos@escola.seduc.pa.gov.br

**Rodrigo Cardoso da Silva**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Estado do Pará (PPGD/UEPA)

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Travessa Três de Maio, 2197, Cremação

E-mail: rodrigocsilva20@gmail.com

**Altem Nascimento Pontes**

Doutor em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Endereço: Travessa Enéas Pinheiro, 2626, Marco, CEP: 66095-015, Belém - PA

E-mail: altempontes@gmail.com

**RESUMO**

A educação cidadã é promovida por meio da compreensão de uma vida justa baseando-se em princípios como igualdade, participação, respeito às normas estabelecidas e respeito ao outro. Este artigo vem analisar teoricamente a escola justa, buscando uma reflexão acerca de suas potencialidades e dificuldades. A problemática surge a partir das discussões urgente frente a aos estudos pós-graduação de uma universidade estadual, respondendo a pergunta sobre o conhecimento de escola justa com professores que atuam na rede básica de ensino. A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa, desenvolvida por meio dos procedimentos da revisão bibliográfica e pesquisa documental com os autores Gohn (2012), Dubet (2004), Crahay (2013), Rezende (2021). A pesquisa apontou dois principais temas, o conceito trazendo como discursão essencial atual, e explicita as dificuldades de uma escola justa.

**Palavras-chave:** educação, escola justa, gestão democrática escolar.

**ABSTRACT**

Citizen education is promoted through the understanding of a just life based on principles such as equality, participation, respect for established norms, and respect for others. This article analyzes theoretically the just school, seeking a reflection about its potentials and difficulties. The problem arises from the urgent discussions in front of postgraduate studies at a state university, answering the question about the knowledge of fair school with teachers who work in the basic education network. The methodological approach adopted was qualitative in nature, developed through the procedures of literature review and desk research with the authors Gohn (2012), Dubet (2004), Crahay (2013), Rezende (2021). The research pointed out two main themes, the concept bringing as essential current discursion, and makes explicit the difficulties of a fair school.

**Keywords:** education, fair school, democratic school management.

**1 INTRODUÇÃO**

Este artigo tem a finalidade de compreender as concepções de escola justa, apontando seus significados e suas possibilidades para a gestão escolar. A motivação para desenvolvê-lo foi devido às reflexões obtidas a partir das leituras e debates realizados no

Programa de pós-graduação, com o intuito de aproximar o conceito da realidade dos professores das escolas de ensino básico. Com isso, desenvolvemos interpretações a respeito de conceitos como: Escola justa, papel social da escola, gestão democrática e lógica gerencialista.

Realizando-se uma revisão bibliográfica a partir de autores que discutem a temática da escola justa e gestão da educação, resgatando conceitos, concepções e discussões a nível nacional, estadual e municipal no sentido de sustentar nossa análise. Nesse discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados, pesquisa em educação (ou sobre a educação) produz um saber, rigoroso como o é todo saber científico (CHARLOT, 2016).

Os temas analisados durante a referida disciplina nos ajudaram a perceber, além de outras questões, os fundamentos sociológicos que orientam a educação e a organização das instituições educativas. Em especial, a partir do estudo do artigo “Sociologia da Educação: campo de conhecimento e novas temáticas”, escrito por Maria Glória Gohn, foi possível termos um panorama do que vem sendo debatido no campo.

Diante disso, Gohn (2012) na disciplina sociologia da educação, consolidou-se e ampliou seu escopo, novos temas ganharam centralidade, tais como políticas públicas educacionais, participação da comunidade educacional, cultura escolar, gestão democrática, inclusão (escolar, social, digital), violência nas escolas etc. Mas a grande inovação é dada pela perspectiva de como as novas temáticas são tratadas sob enfoques de “gênero, diversidade cultural, classe, etnicidade, religião, nacionalidade, justiça social, subjetividade, segregação social, inclusão e exclusão social e, fundamentalmente, o tema da cidadania” (GOHN, 2012, p.107), são contextos que vem ganhando importância nas pesquisas relacionadas a educação.

Com efeito, percebemos que as reflexões em torno de tais temáticas se aproximam do nosso objeto de investigação, qual seja, a escola justa, dessa forma questionamos como se constituiria uma escola justa, a partir das contribuições de Estevão (2016) e Botler (2013, 2018). Por meio dessa inquietação apresentamos uma análise bibliográfica a partir de importantes teóricos da educação, além dos autores citados acima, como Dubet (2004), Crahay (2013), Rezende (2021), dentre outros. Tais autores apresentam importantes reflexões conceituais, sociológicas e pedagógicas de se conceber a escola como um espaço humanista de formação de valores.

A partir da análise das ideias dos autores nessas obras, construímos a tese de que a escola mobiliza diferentes princípios de justiça, estes, no entanto, contrariaram as suposições cogitadas, a exemplo da suposta valorização de uma perspectiva mercantilista da justiça. Para uma escola justa e de qualidade, deve mobilizar a justiça escolar como igualdade de tratamento, quer no acesso, quer no sucesso, quer na possibilidade de permanecer no sistema, mas também a justiça diferencialista, dando mais aos que mais necessitam, designadamente aos que revelem dificuldades, no sentido de os tornar mais capazes de realizar o que de facto valorizam (ESTEVÃO, 2016).

Para além dessa percepção, o desejo de justiça escolar parece ser indiscutível, no entanto, tal ideia não torna mais fácil o trabalho de encontrar a definição para o que seria uma escola justa. Nessa linha argumentativa, sistematizamos algumas definições em torno da escola justa e constatamos que há várias formas de se concebê-la, e que tais concepções nem sempre se convergem, conforme veremos adiante.

Botler (2018), em seus estudos aborda essa questão refletindo sobre aspectos referentes à vivência da democracia e da cidadania na gestão escolar, bem como problematiza as relações ligadas à justiça e, também, busca caracterizar a estruturação da experiência escolar no sentido de tornar visíveis as injustiças que a compõem, bem como ampliar a compreensão sobre as concepções de justiça escolar, entre outros.

Com isso, Botler (2018) ressalta que, muitas vezes, por mais que o discurso seja democrático, o que se encontra é a persistência de uma cultura escolar permeada por um discurso organizacional democratizante, orientado por práticas burocráticas de gestão, com foco na produtividade aferida por métodos quantitativos. Considerando a ideia de que a justiça deve segurança e bem-estar, estimular a socialização cidadã, com base no diálogo sistemático das tradições locais. Assim, “a ideia de justiça é associada às razões que justificam as ações em determinado coletivo, indo além da resolução de conflitos, o que relacionamos a certa concepção de democracia” (BOTLER, 2012, p. 103).

Nesse contexto, Botler (2012) destaca-se em sua pesquisa escolas do Brasil e de Portugal, onde há um processo de naturalização de práticas de injustiça e violência vivenciadas dentro das escolas e presenciadas pelos que nela estão inseridos. Segundo a autora, questiona-se de que forma a omissão da escola diante de algumas situações cotidianas, reforçam as desigualdades e discriminações postas pela modernidade e pela sociedade de modo geral.

Por outro lado, Dubet (2004) apresenta as seguintes definições para os possíveis objetivos de uma escola justa: meritocracia plena, discriminação positiva promovendo a

competição justa com igualdade de oportunidades; discriminação positiva, de modo a compensar as desigualdades sociais do ambiente externo; oferecimento de conhecimentos e competências mínimas; integração dos alunos no mercado de trabalho, com um diploma útil; diminuição da influência da desigualdade escolar na manutenção das desigualdades sociais; desenvolvimento dos talentos específicos de cada aluno, independentemente do desempenho escolar.

Tendo em vista o entendimento da meritocracia, como um princípio que promove a justiça escolar, em um sistema ideal, oferecendo a todos os alunos as mesmas oportunidades no ensino, em termos de acesso e de qualidade de conteúdo. O questionamento de Dubet (2004), diz respeito à incapacidade da escola de instaurar uma meritocracia plena isolando as desigualdades sociais externas a ela, por exemplo, as questões econômicas, raciais, de gênero, estrutura familiar e, até mesmo, participação dos pais na educação dos filhos.

O modelo meritocrático está longe, portanto, de sua realização; a competição não é perfeitamente justa. Pois “quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido” (DUBET, 2004, p.543).

Percebemos então, a partir dos estudos sobre a meritocracia que a escola pouco se tem modificado desde a modernidade, reproduzindo as mesmas desigualdades, utilizando as mesmas metodologias, assim multiplicando novas desigualdades, conectadas com a relevância que determinados mundos e suas racionalidades assumem no interior da escola.

Assim, nesse sentido apresentamos como objetivo deste estudo uma reflexão teórica de escola justa, que deriva de uma investigação pautada na gestão da educação no estado do Pará.

A pesquisa, basea-se na abordagem qualitativa, procurou trazer as questões ligados à democratização do planejamento e gestão da educação, indo muito além de questões ou dados quantificáveis do problema. As questões a serem perseguidas na área de educação são ainda tantas e de tamanha variedade que não podemos nos perder em polêmicas que só nos deixarão cada vez mais distantes da realidade (ANDRÉ, 2001).

Para que se efetivasse a pesquisa coube uma breve revisão de literatura sobre as concepções de escola justa. Desse modo, este excerto se configura exploratório, trata se da arrancada inicial de um novo trabalho investigativo acerca da temática, é feita a partir

do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002).

Assim, um recorte bibliográfico com análise das produções acadêmicas pode ser importante para mostrar os caminhos que vêm sendo tomados pelas produções sobre a temática em questão. Espera-se ao término do trabalho gerar reflexões que possibilitem o desenvolvimento de novos debates na área. Tentando assim desvelar a avaliação tradicional de programas sociais geralmente trabalha com instrumentos quantitativos e analisa as estruturas dos programas, como eles se realizam processualmente e quais são os seus resultados (BATISTA, 2022).

As formações da forma como tem chegado aos professores criam um cultura de dependência, ou seja, os professores ficam condicionados a realizar o seu fazer pedagógico através de instrumentos pré-definidos por outros, reduzindo sua autonomia a um conjunto de habilidades e regras que devem ser seguidas. Consequentemente os saberes repassados nas formações parecem ter prazos de validade, pois fazem parte do contexto dos professores somente no período de sua execução. Com isso, ocorre a permanência do mesmo quadro situacional no ensino e da aprendizagem nas escolas.

## **2 UMA ESCOLA JUSTA NUMA SOCIEDADE INJUSTA**

O debate neste tema impulsiona-se para reflexão da sociedade em que vivemos e que consideramos sendo injusta, e para entender o sistema educacional de modo cultural, social e econômico devemos ter ciência das dificuldades que os professores e gestores encontram nas escolas. Exigir dos professores planos de trabalho em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, está possui um lado contraditório, camuflando a fragilidade do planejamento educacional escolar quanto a desarticulação com a proposta desenvolvida por uma escola justa, referente as metas e os objetivos de uma formação educacional meritocrática (DUBET, 2004).

Sendo assim, o interesse emerge dentre o debate democrático, que tem seus princípios pautados na legislação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BOTLER, 2018), dentro deste enfoque, para compreender seus desdobramentos da escola justa, precisamos refletir com diversas dificuldades que nossa sociedade vem enfrentando em termos do desenvolvimento de práticas correlatas. Assim, o desejo de justiça escolar é indiscutível, mas a definição do que seria uma escola justa é

das mais complexas, ou mesmo das mais ambíguas, pois podemos definir justiça de diferentes maneiras (DUBET, 2004).

Dentro deste debate, a cultura escolar paraense carregar com sigo práticas burocráticas de gestão, pautadas em princípios gerencialistas, cujo foco recai na produtividade aferida por métodos quantitativos, para as quais falta certo bom senso em termos de sua aplicação. Dubet (2004) reflete numa experiência onde a escola justa precisa de ser puramente meritocrática, com uma competição escolar justa entre alunos social e individualmente desiguais, compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, rompendo assim com o que seria uma rígida igualdade, garantindo a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências, também preocupando-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação, tentando assim fazer com que as desigualdades escolares não tenham demasiadas consequências sobre as desigualdades sociais, permitindo que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar.

Como professores da rede básica de ensino, possuem conhecimento das desigualdades que ocorrem no meio cultural da escola, pois está “justiça escolar” (DUBET, 2004) se defronta com grandes dificuldades (tabela 1).

Tabela 1- Dificuldades para uma Escola Justa.

<b>Dificuldades</b>	<b>Contexto</b>
1. Fundamentalmente a Sociologia da Educação mostra que a abertura de um espaço de competição escolar objetiva não elimina as desigualdades.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desigualdades entre as pessoas, pois, desde a escola elementar, as diferenças de desempenho entre alunos que pertencem às mesmas categorias sociais são evidentes.</li><li>- Desigualdades entre os sexos e entre os grupos sociais persistem e, desde o início, os mais favorecidos têm vantagens decisivas. Essas desigualdades estão ligadas às condições sociais dos pais, mas também ao seu envolvimento com a educação, ao apoio que dão aos filhos, bem como à sua competência para acompanhá-los e orientá-los.</li><li>- Escola meritocrática de massas tenha elevado o nível de escolarização de toda a população e, na França, o número dos que terminam o colegial tenha sido multiplicado por dez nos últimos cinquenta anos, as diferenças entre os grupos não foram sensivelmente reduzidas durante esse mesmo período.</li></ul>
2. O modelo de igualdade de oportunidades meritocrático pressupõe, para ser justo, uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva, ignorando as desigualdades sociais dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pesquisas mostram que a escola trata menos bem os alunos menos favorecidos: os entraves são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informadas nas reuniões de orientação.</li></ul>
3. “Crueldade” do modelo meritocrático.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Quando adotamos o ideal de competição justa e formalmente pura, os “vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, a priori, todas as chances para ter sucesso como os outros. A partir daí,</li></ul>

	esses alunos tendem a perder sua auto-estima, sendo afetados por seu fracasso e, como reação, podem recusar a escola, perder a motivação e tornar-se violentos.
4. O modelo de igualdade de oportunidades implica sérios problemas pedagógicos.	- O princípio meritocrático pressupõe que todos os alunos estejam envolvidos na mesma competição e sejam submetidos às mesmas provas. Ora, as diferenças se aprofundam rapidamente, e alguns alunos parecem incapazes de continuar competindo. Na competição com os outros, eles perdem, se desesperam e desanimam seus professores. Deixados de lado, são marginalizados em currículos diferenciados e ficam cada vez mais enfraquecidos.
5. Questionar a própria ideia de mérito.	- O mérito é outra coisa além da transformação da herança em virtude individual? Ele é outra coisa além de um modo de legitimar as desigualdades e o poder dos dirigentes? Seguindo Rawls (1987), podemos nos perguntar também se o mérito realmente existe, se ele pode ser medido objetivamente, se pode ser aplicado às crianças e até que idade. Se não somos responsáveis por nosso nascimento, como sê-lo por nossos dons e aptidões?

Fonte: Dubet 2004, p.542-543.

Para entendemos uma escola justa em uma sociedade desigual, precisamos ter em mente que as dificuldades (tabela 1) que temos para seguir o caminho da ordem legal, neste contexto nos permite fazer uma reflexão que contemple de forma ampla a educação, precisamos analisar e refletir onde podemos ressignificar a escola. As cinco dificuldades mostradas na tabela 1, articula conhecimentos que as escolas possuem em suas relações do cotidiano, mostrando e colocando em ênfase que possuímos dificuldades e que são bem evidentes.

A desigualdade social presente na educação, segundo os dados destaca os resultados presentes na Síntese de Indicadores Sociais -SIS (IBGE, 2019), no qual evidencia que “a rede pública é composta majoritariamente por estudantes dos dois quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse padrão se inverte” (Ibidem, 2019, p. 83). Na educação, a ideia de meritocracia passa a ser igualmente um critério de desempenho escolar, de modo que o sucesso educacional e profissional de alunos que tiveram acesso privilegiada à educação de qualidade torna-se regra, e desconsideram-se certas contingências que reforçam a desigualdade (FÁVERO, 2021).

Para Crahay (2014) devemos entender que essas desigualdades sociais escolar é mundial, e em todos os países que participaram de sua pesquisa constatou-se que os alunos oriundos de famílias de condições socioeconômica inferior, tenha em média desempenhos escolares menos satisfatórios, e tem menos sucesso dos seus colegas oriundo de famílias de condições socioeconômicas superiores, então o sucesso escolar



gera esta desigualdade, com isso seus estudos constataram que não existe ainda em nenhum lugar uma escola plenamente justa e eficaz.

A justiça social consiste em garantir um mínimo de recursos e proteção aos mais fracos e desfavorecidos, entendendo e fazendo-se gestão por uma forma de minimizar as desigualdades instaladas pelo sistema meritocráticos. Assim “uma escola menos ligada à formação de castas de excelência e um pouco menos estigmatizante para os alunos fracos, teria sem dúvida efeitos sociais menos injustos” (DUBET, 2004).

### **3 EXISTE UMA ESCOLA JUSTA?**

A definição da justiça em termos de garantias mínimas leva também a rever a justiça dos investimentos em formação e os que são exigidos das famílias. Enquanto os cursos reservados aos melhores alunos são geralmente mais caros e de melhor qualidade que os dos outros – sem contar que as famílias desses alunos também “investem” muito mais nos estudos de seus filhos – seria necessário mudar de perspectiva, o que nos remete ao ponto anterior, o de uma dose de discriminação positiva. A rejeição dessa concepção da justiça continua, no entanto, muito viva entre os que denunciam a diminuição do nível de ensino e, portanto, do prestígio de sua função (DUBET, 2004).

Pois as pesquisas indicaram que essa medida ineficaz afeta principalmente os alunos dos meios modestos a urgência pois certos países essa prática é aplicada de forma injusta visto que nossas análises mostram que os países como o Brasil, México, Peru e Uruguai a repetência afeta mais os alunos desfavorecidos mesmo quando estes são tão competentes quanto em seus colegas mais favorecidos (CRAHAY, 2014).

Rezende (2020) observa que, a educação para a cidadania é tida como sinônimo de uma escolarização capaz de levar os agentes estudantis a entenderem os funcionamentos que podem tornar uma sociedade mais justa, mais igualitária. Isso os faria ter, supostamente, uma maior participação social e política. A sociedade, como um todo, e a escolarização, em particular, tornam-se mais justas se ocorrem processos, não esporádicos nem erráticos, de compreensão dos funcionamentos da vida social (REZENDE 2020).

os resultados de pesquisa que discute a justiça com incidência nas práticas de gestão e organização escolar, visando tornar visíveis as injustiças que a compõe (BOTLER, 2018). A Formação de Professores tem sido o foco de políticas destinadas à educação, pois é concebida como a solução para os problemas relacionados ao desempenho dos alunos. E apesar de dados demonstrarem que existe um número elevado

de crianças que ainda concluem o ensino fundamental sem estarem alfabetizados, não se pode transferir a responsabilidade somente para a formação dos professores, uma vez que, as escolas historicamente têm vivenciado o descaso do poder público que negligencia os direitos básicos e imprescindíveis para uma educação de qualidade. Atrelado a essa realidade está à estrutura das formações continuada de professores que são organizadas de forma homogênea.

Percebendo assim, com a pesquisa que os alunos desfavorecidos experimentem mais a repetência do que seus colegas na medida em que como foi visto eles se caracterização por escores de desempenho inferiores aos de outras categorias sociais. Assim ao contrário do que procuramos demonstrar pode ser argumentar que os alunos desfavorecidos tendem a ser mais fracos e nos sistemas educacionais que tenham de suprir as lacunas dos alunos pela repetência, sendo lógico que os alunos mais fracos e a priori portanto mas desfavorecidos repitam mais. (CRAHAY, 2014).

Quando passamos a pensar em nossas experiências nas escolas, passamos a nós questionar sobre os métodos de gestão que estamos normalmente acostumados a seguir. Esses aspectos nos levam a refletir a respeito da justiça na escola em termos dos sentimentos que afloram em sua ausência, o que relacionamos à falta de clareza sobre regras de comportamento e disciplina. Assim, compreendemos que o descumprimento de regras (indisciplinas) se relaciona ao sentimento de injustiças vividas, o que se pode perfeitamente prevenir com a definição e esclarecimento de regras no coletivo local, ou seja, estabelecer disciplina (BOTLER, 2018).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tomando do ponto de partida deste estudo, através de uma investigação da disciplina de pós-graduação, o tema conseqüentemente nos traz uma reflexão acerca dos conceitos adotadas por uma escola justa, que não estão distantes das utilizadas nos últimos 20 anos. Sendo necessário intensificar as ações quanto da democracia e democratização da educação nacionalmente, refletir sobre o quão importante é a existência da instância democrática como a escola justa, assim como nos cabe o dever de defendê-las contra o desmonte da administração pública e as desigualdades sociais em seus diferentes níveis e a desvalorização dos seus sentidos além da apropriação. Com atenção sobretudo, ao desmonte da Cultura fragilizada econômica e valorização dos processos que deixam ainda mais difícil o tão requerida efetivação do sistema nacional de ensino.

Ainda há muitas reflexões podendo ser trabalhar pela questão da escola justa, sobretudo no sentido de ações mais efetivas quanto à apropriação é a mobilização na sociedade, assim como na vinculação do desenvolvimento destas e a execução de planejamento proposto para diminuir as relações sociais, tendo uma relação direta com a execução da meta da gestão democrática e legais, que durante o período o contexto apresentou dificuldades, mas também possibilidade de refletir sobre uma escola mais justa.

O trabalho tratou, além das aprendizagens relacionadas à escola justa trouxe uma reflexão sobre aprimorar contextos e os processos de crítica a gestão escolar vigente do estado, tendo assim, uma discursão da relação social no sentido de uma participação dos professores de educação básica terem o entendimento sobre justiça e correlacionar com as reflexões sobre a escola justa.

Com base nos argumentos apresentados, reforça-se a o pensamento de que é possível educar para a convivência social conhecendo suas dificuldades. Educar para a democracia implica a formação para a resolução desses conflitos e tensões. Essa preparação somente é possível pela educação em suas múltiplas expressões e formas.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: Buscando rigor e qualidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 113, p. 51-64, julho 2001.

BATISTA, Giovani et al. Apresentação do processo e avaliação do impacto do programa tutorial pedagógica do trabalho de equipes gestoras de escolas do Paraná. **Brazilian journal of development**, Curitiba, v. 8, n. 6. 18 p, Jun. 2022.

BOTLER, Alice. Cidadania e justiça na gestão escolar nas escolas pública e privada. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 317-336, jan./abr. 2013.

BOTLER, Alice Miriam Happ. Gestão escolar para uma escola mais justa. **Educar em revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 89-105, mar./abr. 2018.

CRAHAY, Marcel; BAYE, Ariane. Existem escolas justas e eficazes? Esboço de resposta baseado no pisa 2009. **Cadernos de pesquisa**. Tradução Fernanda Murad Machado, v. 43, n. 150. 26 p, Set/dez 2013. Tradução de: Are there effective schools? Outline of a response based on pisa 2009.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 31.13 p, Jan/abr. 2016.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ESTÊVÃO, Carlos. Justiça social e modelos de educação: para uma escola justa e de qualidade. **Revista Diálogo Educacional**, 16(47), 37-58. 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FÁVERO, A. A.; OLIVEIRA, J. C.; FARIA, T. L. de. Crítica as “medições” em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022024, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8665579. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665579>. Acesso em: 8 junho. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia da educação: campo de conhecimento e novas temáticas. **Educação & Linguagem**. V. 15, n. 26, p. 95-117, jul./dez. 2012.

REZENDE, Maria José. Concepções de justiça escolar em documentos do PNUD e da UNESCO. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 47. p.19, dez. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019-Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 21 junho. 2022.